

Uma abordagem discursiva do prefácio do livro didático *Português: a constituição de um sujeito autor*

Joceli Cargnelutti¹

¹Curso de Letras – Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

jocelicar@hotmail.com

Resumo. *A instituição escolar, há muito tempo, tem sido objeto de estudo nas mais diversas áreas e sob diferentes perspectivas. Pesquisas recentes sobre tal instituição têm levado em conta as práticas discursivas dos sujeitos que dela fazem parte. Ao levar em conta os caminhos possíveis para estudar a instituição escolar, constituímos como objeto de estudo o discurso de um livro didático, tomado como um importante instrumento lingüístico utilizado na instituição escolar. Selecionamos o livro didático Português, de Domingos Paschoal Cegalla, publicado na década de 1960 do século XX, no Brasil. A partir dessa materialidade discursiva, livro didático, elegemos o elemento prefácio como representativo do discurso para a análise. Para a análise, mobilizamos noções de discurso e sujeito, de gesto de leitura e gesto de interpretação da Análise do Discurso de linha francesa, trazendo autores como Pêcheux (1990, 1995) e Orlandi (1996, 1997, 1999). As reflexões nos permitiram considerar que este espaço, do prefácio, torna-se um lugar do dizer, povoado por diferentes tomadas de posição que se relacionam e que provocam diferentes gestos de interpretação.*

Abstract. *For a long time school institutions have been the object of study in several areas of knowledge under different perspectives. Recent researches about these institutions have been taking into account the discursive practices of the subjects who belong to these places. In considering the possible ways to study a school institution, we took as our object the discourse of a textbook – which is an important linguistic tool used at schools. We selected the textbook Português, by Domingos Paschoal Cegalla, published in the 1960's in Brazil. We have chosen the preface as the representative discourse for analysis. For this analysis, we have contemplated concepts from French Discourse Analysis such as discourse and subject, gesture of reading and gesture of interpretation and we have brought to discussion authors as Pêcheux (1990, 1995) and Orlandi (1996, 1997, 1999). From our reflections, we see the preface as a discursive place with different subject positions that relate each other and instigate different gestures of interpretation.*

Palavras-chave: prefácio, livro didático, sujeito-autor

1. Apresentação do tema

A instituição escolar, há muito tempo, tem sido objeto de estudo nas mais diversas áreas e sob diferentes perspectivas. Pesquisas recentes sobre tal instituição têm levado em conta as práticas discursivas dos sujeitos que dela fazem parte. Ao levar em conta os caminhos possíveis para estudar a instituição escolar, constituímos como objeto de estudo o discurso de um livro didático, tomado como um importante instrumento lingüístico utilizado na instituição escolar.

Selecionamos o livro didático *Português*, de Domingos Paschoal Cegalla, publicado na década de 1960 do século XX, no Brasil. A partir dessa materialidade discursiva, livro didático, elegemos o elemento prefácio como representativo do discurso para a análise.

O prefácio de um livro didático se constitui de uma apresentação breve, colocada no começo do livro, com explicações sobre seu conteúdo, seus objetivos, sua metodologia. Também podemos dizer que o prefácio é o caminho de entrada da obra, podendo funcionar como um engrandecimento para o que está sendo exposto ou, sendo apenas, um discurso com o objetivo de vender o produto.

O que pretendemos é investigar a construção lingüístico-discursiva do prefácio do livro didático *Português*, enquanto materialidade constitutiva do discurso didático, com o propósito de compreender o funcionamento do discurso do sujeito-autor do livro didático, nesse espaço, que se inscreve, prioritariamente, em uma formação discursiva (FD) própria da escola.

Nesse objeto de estudo limitamo-nos a abordar o funcionamento do discurso do sujeito enquanto autor do livro didático e a posição ideológica assumida em relação a um discurso oficial do Conselho Federal de Educação.

Para a análise buscou-se, de início, mobilizar as noções de discurso e sujeito, de gesto de leitura e gesto de interpretação da Análise do Discurso de linha francesa, mobilizando autores como Orlandi (1996, 1997, 1999), Pêcheux (1990, 1995). Em seguida, buscou-se analisar e descrever a composição do prefácio no que se refere as *Instruções do Conselho Federal de Educação* e o *Ensino de Português através dos textos (ao professor)*. Por fim, realizou-se um gesto de interpretação em relação ao sujeito-autor, mobilizando noções da Análise de Discurso de Linha Francesa.

2. Pressupostos teóricos

A noção de discurso é fundamental para esta análise porque dela desencadeia as noções de prefácio, de sujeito, de leitura e de interpretação. Não podemos esquecer que o discurso é concebido de diversas formas, sobre diferentes enfoques e em diferentes domínios do conhecimento.

O prefácio é um termo utilizado para designar um discurso produzido a propósito de um texto que antecede e introduz uma obra. É um conjunto de discursos da responsabilidade do próprio autor, do editor ou de terceiros que acompanha

materialmente o texto prefaciado enquanto livro. Constitui-se de um discurso explicativo/justificado de autoria variável que envolve o seu locutor.

O discurso, objeto teórico da Análise de Discurso (AD), se produz socialmente através de sua materialidade específica, a língua. O discurso caracterizado como prática social cuja regularidade só pode ser apreendida a partir da análise dos processos de sua produção, não dos seus produtos.

O sujeito, por sua vez, é constituído a partir da relação com o outro, nunca sendo fonte única do sentido, tampouco elemento onde se origina o discurso. Ele estabelece uma relação ativa no interior de uma formação discursiva¹ (FD).

Esse sujeito, ao entrar em contato com um texto escrito procura, através de gestos de leitura, reconstruir os sentidos dos enunciados e, desta forma, se engaja automaticamente na dinâmica do processo social de produção de sentidos.

A produção de sentidos ocorre por meio de diferentes gestos de interpretação, entendidos não como meros gesto de decodificação, de apreensão de sentidos, mas procurando entender como um objeto simbólico produz sentido.

De acordo com PÊCHEUX (1993, p. 82), discurso não se trata necessariamente de uma transmissão de informação entre A e B, mas de modo mais geral, de um “efeito de sentidos” entre os pontos A e B, ou seja, concebe o discurso como esses sentidos outros que se formam a partir da determinação de lugares sociais entre os sujeitos.

No texto de 2006 (p. 56), Pêcheux entende que

todo discurso é um índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo o modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço: não há identificação plenamente bem sucedida, isto é, ligação sócio-histórica que não seja afetada, de uma maneira ou de outra (p. 56),

Para ORLANDI (1996, p. 22), o discurso é concebido pela multiplicidade de sentidos possíveis que é capaz de gerar e que de certa forma é determinado pelas condições de produção. Para a autora o discurso é “parte de um mecanismo em funcionamento, correspondendo a um certo lugar no interior de uma formação social”.

Pensando na definição de sujeito, Orlandi (1996, p. 48-49), entende o sujeito como um posição entre outras. A autora afirma que esse sujeito que se define como “posição” é um sujeito que se produz entre diferentes discursos, numa relação regrada com a memória do dizer, definindo-se em função de um FD na relação com as demais.

¹ FD entendida como a matriz de sentidos que regula o que o sujeito pode e deve dizer e, também, o que não pode e não deve ser dito.

Em decorrência disso, o sujeito se encontra sempre na necessidade de dar sentido (ORLANDI, 1996, p. 64). O que é dar sentido? É tornar possíveis gestos de interpretação. Quando o sujeito fala, ele está em plena atividade de interpretação (p.65). O gesto de interpretação se dá porque o espaço simbólico é marcado pela incompletude, pela relação com o silêncio. A interpretação é o vestígio do possível (p. 18).

Para tanto, queremos analisar como o sujeito-autor do livro didático *Português* se inscreve na FD própria da escola e que elementos são utilizados para a constituição de um discurso didático a partir de um discurso oficial do Conselho Federal de Educação.

Entendemos, com Orlandi (1996, p. 68-70) que o autor é o princípio de agrupamento do discurso, unidade e origem de suas significações que o coloca responsável pelo texto que produz.

A função de autor é tocada de modo particular pela história: o autor consegue formular, no interior do formulável, e se constituir, com seu enunciado, numa história de formulações. O que significa que, embora ele se constitua pela repetição, esta é parte da história e não mero exercício mnemônico (ORLANDI, 1996, p. 69).

3. Composição do prefácio do livro *Português*

A escolha do corpus de análise, o prefácio do livro didático *Português*, se deve a dois fatores: primeiramente por ter sido este um manual de grande uso na década de 1960, pelos professores de língua portuguesa, que trabalhavam com a 4ª série ginásial; segundo, pelo fato de seu autor, Domingos Paschoal Cegalla, gozar de credibilidade e prestígio no ensino secundário na época, segundo Angelo (2005).

A partir desta materialidade discursiva e da eleição do elemento prefácio como representativo do discurso para a análise sinalizamos que este prefácio é composto por duas partes. A primeira parte refere-se *As Instruções do Conselho Federal de Educação* (ICFE) e a segunda parte *O ensino do português através dos textos (ao professor)*.

As Instruções do Conselho Federal de Educação (ICFE) trazem o “objetivo do ensino de língua portuguesa, que é proporcionar ao educando adequada expressão oral e escrita, sendo que todas as atividades proporcionadas pelo livro didático deveriam levar e este objetivo”. Para alcançar este objetivo as ICFE destaca o trabalho com a expressão oral, expressão escrita e gramática expositiva. No trabalho com a expressão oral, o texto das ICFE afirma que para a 4ª série ginásial os textos abordados serão de caráter descritivo, narrativo e dissertativo incluindo prosadores e poetas modernos, brasileiros e portugueses, (ibid., p. 11) e ainda “as observações de caráter gramatical e estilístico serão precedidas da leitura expressiva do texto e da exposição oral, resumida, uma vez esclarecido aquele em todas as suas dificuldades. Quando a unidade do texto não for completa, caberá ao professor situá-lo na obra de que foi extraído, a fim de que o aluno possa bem compreendê-lo. (Cegalla, 1967, p. 11).

No trabalho com a expressão escrita é destacada a importância de levar o aluno à “utilização correta, ordenada e eficaz das palavras, a fim de que logre alcançar uma expressão clara do pensamento”. (ibid., p.12) Segundo as ICFE, para que isso ocorra “convirá partir da elaboração de frases breves, sem pretender, todavia, a uniformidade estilística”. (ibid., p. 12)

Quanto à gramática expositiva, é recomendado que seja “acentuadamente prático e derivado de exemplos concretos e fluir, tanto quanto possível, dos textos” (ibid., p. 12).

A partir do discurso das ICFE é apresentado o discurso no que se refere ao *ensino do Português através dos textos (ao professor)*, como especificado entre parênteses, é dedicado ao professor. Mesmo sendo dedicado ao professor o aluno tinha acesso a este prefácio, pois tanto aluno como professor utilizavam o mesmo livro didático. Neste período, da década de 1960, não havia o livro didático específico do professor².

O texto se estrutura da seguinte forma: primeiramente procura convencer o professor de que o “ensino da Língua Portuguesa no Curso Secundário há de ser ministrado com o apoio nos excertos de bons autores modernos”. “Os alunos serão postos em contato direto com os textos literários de modelares escritores nacionais”. “A leitura atenta, metódica e assídua irá familiarizando o aluno com as coisas da língua, despertando o gosto literário e desenvolvendo-lhe os segredos da tão bela, mas não menos difícil arte da palavra”.

Segundo, apresenta oito tópicos, em um esquema, que devem ser seguidos pelo professor para que os textos literários alcancem o seu verdadeiro objetivo (CEGALLA, 1967, p. 13):

- 1) Breves considerações preliminares, feitas pelo professor, sobre o gênero literário do texto, o autor, a obra de que foi extraído, a época em que foi escrito.
- 2) Esclarecimento de eventuais dificuldades que o texto possa apresentar aos alunos.
- 3) Leitura silenciosa e atenta do texto pelos alunos, que procurarão penetrá-lo em todos os seus aspectos (literário, gramatical e ortográfico).
- 4) Leitura oral e expressiva do texto, feita diante da turma por um aluno designado pelo mestre.
- 5) Correção de erros de dicção cometidos pelos alunos na leitura do texto.
- 6) Observações de caráter gramatical, ortográfico e estilístico, feitas pelo professor.
- 7) Interpretação escrita, ou expressão oral resumida do texto, feitas pelo aluno sob a orientação do mestre.
- 8) Exercícios gramaticais escritos baseados no texto lido ou por ele sugeridos.

² Segundo Batista (2004), o livro do professor somente foi introduzido a partir da década de 1970, por Reinaldo Mathias Ferreira.

Dado estes dois discursos, passamos a analisar como se constitui o segundo discurso, *o ensino de português através dos textos*, construído a partir do discurso das ICFE, por um sujeito-autor que se dirige a outro sujeito: o sujeito professor. A análise se constitui como um gesto de interpretação tentado encontrar marcas deixadas pelo sujeito-autor ao se inscrever neste espaço discursivo que é o prefácio.

4. Gesto de interpretação

Pensando com Orlandi (1996, p. 18), entendemos que interpretação é um gesto; e gesto de interpretação como o lugar em que se tem a relação do sujeito com a língua. O gesto de interpretação se dá porque o espaço simbólico é marcado pela incompletude, pela relação com o silêncio. Conforme Orlandi (1996, p. 18) a interpretação é o vestígio do possível. É o lugar próprio da ideologia.

Para interpretar o funcionamento discursivo do prefácio do livro didático *Português* se faz necessário compreender que ler, conforme defende Orlandi (1996),

é saber que o sentido pode ser sempre outro. Mesmo porque entender o funcionamento do texto enquanto objeto simbólico é entender o funcionamento da ideologia, vendo em todo o texto a presença de um outro texto necessariamente excluído dele, mas que o constitui (ORLANDI, 1996, p. 138).

Olhando para o prefácio percebemos muitas marcas de um sujeito-autor que se constrói no interior desse espaço. Nosso trabalho é compreender os enunciados que compõem nosso corpus de estudo, na inteireza e na singularidade de seu acontecimento, estabelecendo correlações com outros enunciados.

O sujeito-autor do livro didático identifica-se com uma FD própria da escola. Com essa identificação, marcas do interdiscurso são reinscritas no discurso do próprio sujeito e fundam sua unidade imaginária. Como a FD é constituída pela heterogeneidade, o sujeito está em contínuo movimento, reconfigurando o seu domínio de saber.

Partimos do segundo discurso do prefácio (ao professor) questionando que sujeito-autor é este que se reveste de autoridade para se dirigir ao sujeito-professor, fornecendo orientações inscritas em um discurso oficial, que são *As Instruções do Conselho Federal de Educação*. O discurso das instruções deveria, por si só, orientar o trabalho daquele que de fato atua no ensino. O que se observa é que o sujeito-autor assume a voz desse documento, para falar de outra forma o que já havia sido proposto.

O uso da repetição pelo sujeito-autor recupera um dizer já estabelecido pelo discurso oficial, possibilitando uma reformulação do mesmo enunciado, abrindo espaço para o novo. Essa tensão entre a retomada do mesmo e a possibilidade do diferente produz outros efeitos de sentido.

Podemos de fato ver concretizado isso nas marcas deixadas pelo sujeito-autor quando retoma que o ensino de Língua Portuguesa há de ser ministrado com o apoio nos

excertos de bons autores modernos. A marca lingüística “há de ser ministrada” sinaliza para o sujeito-professor que obrigatoriamente deve ser usado textos de bons autores modernos. O sujeito-autor, regulado por uma FD própria da instituição escolar, se autoriza a usar tal expressão porque faz parte desse mesmo espaço. As ICFE, por sua vez determinam que para o ensino sejam utilizados textos com real valor literário de autores brasileiros e portugueses.

O sujeito-autor ocupa um lugar de porta-voz, organizando num esquema como o sujeito-professor deve ministrar os textos para que alcancem seu verdadeiro objetivo. Podemos constatar, na descrição acima, um esquema composto por oito pontos. O discurso do sujeito-autor é marcado por expressões lingüísticas claras e muito breves, possibilitando ao sujeito-professor uma fácil decodificação, como: breves considerações, esclarecimento, leitura silenciosa, leitura oral e expressiva, correção de erros de dicção, interpretação escrita, exercícios gramaticais.

As marcas discursivas utilizadas pelo sujeito-autor, de certa forma, é uma repetição do que é proposto pelas ICFE, que é trabalhar com a expressão oral, a partir de modelares autores brasileiros e portugueses, que o trabalho com a expressão escrita deve ser orientado pelo professor para que o aluno possa utilizar de maneira correta, ordenada e eficaz as palavras.

Levantamos o seguinte questionamento: quem é esse sujeito-autor para falar do lugar que fala, parafraseando as instruções fornecidas pelo Conselho Federal de Educação?

O sujeito-autor se apresenta com as iniciais D.P.C. no qual podemos remeter ao nome Domingos Paschoal Cegalla. Encontramos uma pequena referência desse sujeito-autor quando lemos, em nota anterior, que é licenciado em Letras Clássicas e que juntamente com Décio Duboc Du Rocher, professor do Colégio Pedro II, publica o livro didático *Português*. Publicar um livro didático juntamente com um sujeito-professor que se inscreve em uma instituição escolar como o Colégio Pedro II³, dava a este sujeito-autor muita credibilidade. Nesse espaço discursivo que é o livro didático, observamos que ele se encontra na décima quarta edição e o número de registro do exemplar é dezessete mil, seiscientos e noventa e seis (17.696). Esse fator aparece como representativo pelo fato de o sujeito-autor possuir grande publicação dessa obra no período. Fato de credibilidade e confiabilidade para falar do lugar que fala.

Cegalla possuía outras publicações que, de certa forma, o legitima como um sujeito-autor, que possui autoridade para parafrasear o que as ICFE propõem em seu discurso oficial. Das publicações desse sujeito-autor elegemos as que constam nesta obra, em notas anteriores: livros didáticos destinados a 4ª série primária, a 1ª, 2ª, 3ª e 4ª série ginásial, ao Programa de Admissão (parte de português), ao Curso de Admissão ao Ginásio. Além disso, uma gramática, *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*. Seus trabalhos eram editados pela Companhia Editora Nacional, Editora Minerva, e Livraria Francisco Alves. De fato, constitui-se como um sujeito-autor capaz de sustentar o

³ O Colégio Pedro II, criado em 1837, no Rio de Janeiro, se que tornou, durante décadas, o modelo e padrão para o ensino secundário no Brasil. Ser professor no Colégio Pedro II era sinal de prestígio.

discurso didático junto a FD da instituição escolar em que está inserido, e capaz de parafrasear o discurso das ICFE.

Entendemos assim, que é a partir dessa autoridade, constituída através se dessas outras marcas de um sujeito que organizou outras obras, que o sujeito-autor se legitima e assume-se como porta-voz do Conselho Federal de Educação produzindo um discurso mais específico destinado a outro sujeito: o sujeito-professor.

5. Gesto finalizador

No gesto interpretativo do *corpus* em questão, percebemos o processo de identificação do sujeito-autor com o discurso oficial do Conselho Federal de Educação. No interior da FD em que os dois discursos se inscrevem são estabelecidas relações de identificação dos sujeitos, ou seja, o sujeito-autor procura tornar claro o que o documento oficial prescreve e ao mesmo tempo torna mais específico este discurso através do esquema, como o sujeito-professor deve proceder.

Esse sujeito-autor ocupa um lugar de autoridade nesse espaço discursivo por se constituir como alguém que possui uma trajetória junto a instituição escolar. No momento em que esse mesmo sujeito se autoriza a parafrasear o que um documento oficial propõe já está revestido por uma autoridade constitutiva.

Tais reflexões nos permitiram considerar que este espaço, no prefácio, torna-se um lugar do dizer, ocupado por diferentes sujeitos que se relacionam e que provocam diferentes gestos de interpretação. Este é apenas um gesto de interpretação, pois vários outros são possíveis porque o espaço da interpretação é marcado pela incompletude.

6. Referências bibliográficas

ANGELO, Graziela Lucci. Revisitando o ensino tradicional de Língua Portuguesa. 2005. Tese (Doutorado em Ensino/Aprendizagem de língua materna) Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2005.

BATISTA, Antonio Augusto Gomes. O texto escolar: uma história. Belo Horizonte: Ceale; Autêntica, 2004.

CEGALLA, Domingos Paschoal. Português. 4ª série ginásial. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

ORLANDI, Eni P. A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso. 4ª ed. Campinas: Pontes, 1996.

_____. Interpretação: Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. As formas do silêncio: no movimento dos sentidos. 4ª edição. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

_____. Análise de Discurso: princípios e procedimentos. 6ª edição. São Paulo: Pontes, 2005.

PÊCHEUX, Michel. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. 2ª edição. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. São Paulo: Editora da Unicamp, 1995.

_____. Por uma análise automática do discurso: uma introdução a obra de Michel Pêcheux. Trad. Bethânia S. Mariani et al. Campinas: Unicamp, 1993

_____. O discurso: estrutura ou acontecimento. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 2006.

SOARES, Magda. Português na escola: história de uma disciplina curricular. In: Bagno, M. (org.) *Linguística da norma*. São Paulo: Edições Loyola, p. 77 -155. 2002.